

# O despertar

## Guilherme de Andrea Frota

*Bacharel e licenciado em História pela Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica (PUC), diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG), foi professor efetivo do Quadro Permanente do Magistério do Comando da Marinha. Autor de diversos trabalhos, sendo de sua autoria o livro Os 500 anos da História do Brasil, publicado pela Biblioteca do Exército, em 2000. Membro de várias instituições, entre elas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Atualmente pertence ao Corpo Docente do Curso de Pós-Graduação em História Militar Brasileira, realizado em parceria da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) com o Comando do Exército.*

### RESUMO

A vocação de Joaquim Marques Lisboa para a carreira naval torna-se perceptível desde a passagem da infância para a juventude. O contato com o mar por intermédio da função do pai, Francisco Marques Lisboa, que além de próspero comerciante era patrão-mor da barra do Porto de Rio Grande, levou o jovem Marques Lisboa a voluntariar-se para o serviço na Armada com apenas 15 anos, em plena Guerra da Independência. Ainda muito jovem, participou dos combates contra a Confederação do Equador e da Guerra Cisplatina, notabilizando-se nestas duas campanhas navais.

PALAVRAS-CHAVE: TAMANDARÉ, INFÂNCIA E JUVENTUDE – GUERRA DA INDEPENDÊNCIA – GUERRA CISPLATINA

### ABSTRACT

*Joaquim Marques Lisboa's vocation to the naval career could be noticed since tender years. His first sea contact occurred by the influence of his father profession; Francisco Marques Lisboa, was a prosperous merchant and the Rio Grande's port first skipper. By the time of the War of Independence, Marques Lisboa, with fifteen years, volunteered to serve at the Imperial Navy. Still very young he took part of the conflict denominated Confederação do Equador and at the Cisplatine War; his firms attitudes testified his successful future career.*

KEY-WORDS: TAMANDARÉ, CHILDHOOD AND YOUTH – INDEPENDENCE WAR – CISPLATINA WAR

Joaquim Marques Lisboa nasceu em 13 de dezembro de 1807, na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, Vila do Rio Grande. Era o décimo filho do casal Francisco Marques Lisboa e sua mulher Eufrásia Joaquina de Azevedo Lima Marques Lisboa, ambos portugueses. Francisco resolvera migrar para o Brasil provavelmente porque seu primo, José Antônio Ribeiro Lisboa, já se tinha estabelecido no Rio de Janeiro com uma próspera casa de negócios. Francisco e seu irmão Antônio preferiram terras sulinas. Francisco casou-se em Porto Alegre, em 15 de maio de 1789, e, em 1800, passou a residir na Vila do Rio Grande com a sua prole de cinco filhos. Inteligente e disposto, logo percebeu que podia desenvolver uma atividade lucrativa protagonizando e dirigindo a praticagem do porto da difícil barra do Rio Grande. Acertada a prestação de serviço com 14 negociantes da vila, registrado o documento em cartório, preenchidas as tramitações burocráticas dos docu-

mentos necessários e pertinentes, o Decreto Real de 25 de março de 1808 deu licença para que Francisco Marques Lisboa ocupasse o ofício de patrão-mor do Porto do Rio Grande de São Pedro do Sul, “podendo usar o uniforme de segundo-tenente da Armada Real”. Com o tempo, Francisco Marques Lisboa desenvolveu o seu negócio, tornou-se proprietário de embarcações (*Bergantins Constante e Cecília* e Escuna *Eufrásia*), caçacas e outros instrumentos indispensáveis, passou a ter sócio na cidade do Rio de Janeiro, o também português Tomé Ribeiro de Faria, construiu trapiches na barra do Rio Grande e aumentou o número de empregados para bem desempenhar o serviço a que se propunha. Em pouco tempo amealhou considerável fortuna, reconhecido e prestigiado pelos moradores locais.

Apesar de Francisco Marques Lisboa ter possuído depósitos e propriedade na Vila de São José do Norte, localizada na margem oposta do canal, até porque se fazia mister em decorrência do ofício que exercia, nunca deixou de residir na Vila do Rio Grande com sua mulher e prole numerosa, contados 12 filhos. Muito se tem discutido se o futuro Almirante teria nascido não em Rio Grande mas em São José do Norte. À medida que sua projeção crescia no cenário nacional exacerbava-se a polêmica, cada uma das localidades almejando a honra de ser o berço natal de tão notável brasileiro. Acreditamos ser esta dúvida hoje completamente elucidada graças à documentação existente em seu arquivo quando, em dezembro de 1883, dirigiu-se à Câmara de Vereadores do Rio Grande declarando ser a ali a terra de seu nascimento.

Joaquim viveu com seus pais e irmãos até a idade de cinco anos, quando, em companhia dos pais, viajou para a Corte e, juntamente com seus irmãos Manoel e José, passou a viver com sua irmã mais velha, Maria Eufrásia, e seu primo e marido José Antônio Lisboa. Instalaram-se na praça da Glória nº 2, esquina da Rua Pedreira da Candelária (hoje Rua Bento Lisboa), em uma chácara aprazível adquirida por seu pai. E foi estudar

as primeiras letras no colégio do professor Carvalho, na Rua do Lavradio. Enquanto seu irmão José já estudava em curso superior, visando a alguma profissão civil, e seu irmão Manoel conseguia matrícula na Real Academia de Marinha (6 de março de 1814), o menino Joaquim adquiria conhecimentos com o professor Carvalho e participava de procissões religiosas, com trajes de anjo, entremeando guloseimas irrecusáveis e brincadeiras onde hoje se acha a Casa de Saúde São Sebastião.

Assim ia crescendo o jovem Joaquim, admirando os que o cercavam pela sua inteligência atilada. E procurou não se abater com a morte de seu irmão mais velho, Francisco, na Ilha de Jafa (Palestina), nem com o desligamento de seu outro irmão, Manoel, da Marinha, em 8 de janeiro de 1817, por agressão a um colega.

Completava 13 anos. Ainda em companhia dos pais, regressou à Vila do Rio Grande; fascinado pelas coisas do mar, tudo perguntava, assimilando com rapidez a arte de navegar. Breve estada no Sul, em 1821, Joaquim retornou à Corte para continuar seus estudos. Viajava só. E logo começou a desempenhar funções de piloto, marcando pontos da costa e alcançando intimidade com a bitácula e outros instrumentos. E tão bem se houve que lhe ficou para sempre na memória a exata marcação da entrada no Porto do Rio de Janeiro, fato impressionante considerando sua idade e diminuta experiência, no que foi largamente elogiado pelo seu capitão.

A vocação manifestava-se forte e absorvente. De tudo deu conta ao pai, em carta, dissertando sobre a viagem e os episódios que lhe acenavam com a carreira do mar e não a do comércio. E os estudos continuaram, freqüentando também a aula de inglês do Padre Thomas Trilby ou William Tilbury, na travessa de São Francisco com a Rua do Carmo, e nela conhecendo o colega Francisco Manoel Barroso da Silva.

Grandes mudanças políticas começaram a tomar corpo no Reino do Brasil com o retor-

## Navigator 6 O despertar

no do Rei D. João VI para Portugal. O Príncipe D. Pedro, seu filho, que permanecera em terras americanas como regente deste Reino, conduziu-o à Independência, fazendo-se coroar Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo com o título de D. Pedro I. Ignorar os portugueses residentes no Brasil não traduzia uma política inteligente. Por isso, conclamou a que todos jurassem fidelidade à sua autoridade, liberando àqueles que não o desejassem o retorno a Portugal. Entretanto, alguns focos de lusitanidade empanaram o brilho do novo Império que surgia. Fazia-se necessário combatê-los para garantir a unidade territorial alcançada com sacrifícios nos séculos coloniais. E sendo o litoral o que realmente importava, fez-se mister organizar uma Armada para, de imediato, expulsar as tropas que o Brigadeiro Inácio Luis Madeira de Mello conservava em poder das Cortes Constitucionais na Capitania da Bahia. Várias providências foram tomadas pelo jovem monarca: reparação dos navios existentes no Rio de Janeiro, contratação de oficiais e marujos ingleses na Inglaterra graças à habilidade de Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois Marquês de Barbacena, convite a Lorde Thomas Cochrane para trasladar-se do Chile ao Brasil e comandar a força naval e a abertura de voluntariado a brasileiros, também a portugueses, visando a suprir claros que se mostravam manifestos.

Com perseverança e habilidade, Joaquim convenceu ao pai que esta era a oportunidade de ingressar na carreira que, desde há algum tempo, sonhava. Não há dúvida que influenciou a concessão, por parte do governo imperial, da Comenda da Ordem de Cristo a Francisco Marques Lisboa, que lhe conferia o direito de gozar das vantagens e regalias de um brasileiro nato. Em 22 de novembro de 1822, Francisco requereu que o filho servisse como voluntário na Esquadra. Joaquim não completara 15 anos! Em 4 de março de 1823, a petição foi deferida. Luiz da Cunha Moreira, ministro e secretário dos Negócios

da Marinha, nomeava Joaquim Marques Lisboa para embarcar, como voluntário, na fragata *Niterói*, para cujo comando, desde 2 de março, fora nomeado o Capitão-de-Fragata John Taylor. E, assim, o menino Joaquim dava-nos um atestado de sua inteligência e praticidade: cursar a Academia de Marinha demoraria longos anos; como voluntário haveria a possibilidade, mais imediata, de se tornar tenente comissionado. Logo se apresentou na fragata que lhe fora designada; estava com 15 anos, dois meses e 19 dias de idade. Venceria somente a ração<sup>1</sup>.

Em 1<sup>a</sup> de abril de 1823, Lorde Cochrane ordenou a partida de sua força. Seis navios ao todo: Nau *Pedro I* (capitânia), Fragata *Piranga*, Corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*, Brigues *Guarani* e *Real Pedro*, sem a *Niterói*, que não conseguira a sua prontificação, fazendo-o somente a 29 do mesmo mês. A bordo, voluntários brasileiros transbordando de entusiasmo, mas sem experiência, portugueses, experimentados, mas pouco confiáveis, e ingleses, recém-chegados da Inglaterra, gloriosamente embriagados. Cochrane velejou rumo Norte exercitando as guarnições nas manobras de pano, base do combate naval da época. Desta viagem e do que ocorreu em seguida dispomos de minucioso relato escrito por Frei Manoel Moreira da Paixão e Dores<sup>2</sup>.

No dia 4 de maio, a Esquadra brasileira avistou velas inimigas. À frente dos navios portugueses encontrava-se o Chefe Felix de Campos. O combate teve início às 4 horas da tarde. Pensava o inglês que facilmente venceria, mas o encontro não produziu vitória nem derrota. Joaquim recebera, porém, o seu batismo de fogo. Cochrane concentrou sua esquadra na enseada do Morro de São Paulo. Determinou, ainda, que John Taylor fosse transferido para a Nau *Pedro I*, retornando para a *Niterói* 45 dias depois. E o jovem Joaquim acompanhou o seu comandante.

<sup>1</sup> Documento de 4 de março de 1823, Arquivo da Marinha, Serviço de Documentação da Marinha.

<sup>2</sup> N.R: DORES, Manoel Moreira da Paixão e. *Diário da Armada na Independência*. Brasília (DF): Instituto Nacional do Livro, 1972.

Cercado por terra e mar e com dificuldades logísticas, o Brigadeiro Madeira de Mello preferiu abandonar Salvador. Embarcou sua gente, e mais todos os que desejassem, e no dia 2 de julho, 4 horas da manhã, determinou a partida para águas oceânicas. Saiu-lhe ao encalço o Almirante Cochrane no propósito de impedir que arribassem em outro porto brasileiro, onde o ideal de separação não estivesse firmado. Concluindo que o comboio se dirigia mesmo para Lisboa, já no 4º grau de latitude norte, encarregou ao comandante da *Niterói* proceder a continuidade da perseguição. Escreveu, então, a elegante fragata e sua tripulação uma das páginas mais destemidas e belas da Marinha de todos os tempos. Taylor conseguiu apresar 17 navios, levando a bandeira do novo Império quase à embocadura do Tejo. Assim, o brioso voluntário uniu o seu destino a este feito marcante da Guerra de Independência. Relato completo foi escrito pelo Capitão-de-Fragata Luis Barroso Pereira e publicado na *História Naval Brasileira*, de Theotonio Meirelles<sup>2</sup>. Em 9 de novembro, a *Niterói* retornava a Salvador. Joaquim, conhecido a bordo como “Lisboinha”, recebeu elogios de seu comandante, que atestava que estava apto para as funções de bordo.

O Decreto Imperial de 19 de janeiro de 1824 determinou a matrícula do Voluntário Joaquim Marques Lisboa no primeiro ano de matemática, aparelhos e manobras da Academia Imperial de Marinha. Não era bem o que ele desejava, tendo em vista a promessa do mesmo governo imperial de efetuar sua promoção independente do curso a ser iniciado. Mas, obediente, cumpriu o que estipulava o decreto citado. E, como voluntário, enfrentou os estudos teóricos na Academia Imperial de Marinha.

Sabendo que uma Força Naval seria enviada para a Província de Pernambuco, conflagrada pelas ambições de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, solicitou ao Primeiro Almirante Lorde Cochrane o seu embarque. Conhecendo o seu valor, não titubeou o

inglês em oficialiar ao Ministro da Marinha, Francisco Villela Barbosa, solicitando o embarque do “Lisboinha” na divisão que estava prestes a zarpar para o Norte. Mas o pedido foi negado, merecendo resposta da qual colhemos o seguinte trecho: “Permita-me dar a minha opinião, que a melhor academia de marinha é um navio de guerra, um respeitável e hábil lente...”

Pedido negado, o Primeiro Almirante recorreu ao Imperador em uma petição que atestava a capacidade do jovem voluntário. Argumentos consistentes que permitiram a resolução imperial, datada de 27 de julho de 1824, determinando o embarque do Voluntário Joaquim Marques Lisboa na capitânia da Esquadra. Após 146 dias de curso, deixava a Academia. Apresentou-se no Gabinete do Ministro e, em seguida, embarcou. No dia 2 de agosto, a Divisão Naval abria velas para o Porto de Jaraguá, em Alagoas. Estava composta pela Nau *Pedro I*, Corveta *Carioca*, Brique *Maranhão*, Charruas *Caridade* e *Harmonia* e, ainda, Escuna *Leopoldina*, Fragatas *Paraguaçu* e *Niterói*, e pela Corveta *Maceió*. Transportava uma força de 1.200 homens, sob o comando do Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, e entre estes o jovem Segundo-Tenente Luis Alves de Lima e Silva.

Os revolucionários não conseguiram os seus intentos.

Pacificada a Província de Pernambuco, Cochrane velejou para o Ceará e, em seguida, para o Maranhão. Nesta província, o seu Presidente, Miguel Bruce, arregimentava forças assalariadas para resistir. Coube ao Voluntário Joaquim Marques Lisboa comandar um destacamento para desarmar e dissolver esses mercenários. E este foi o seu primeiro comando, cuja missão cumpriu com eficiência. E tão bem se houve que Cochrane o incluiu, designando-o como imediato, na força que despachou para o Pará, sob o comando do Primeiro-Tenente George Clarence, a fim de restabelecer a ordem na província agitada pelo Cônego Batista de Campos.

<sup>2</sup> SILVA, Theotonio Meirelles da. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Editor B. L. Garnier, 1884. p. 24-45.

## Navigator 6 O despertar

Com o advento da tranqüilidade no Pará, Joaquim retornou à Nau *Pedro I*, em São Luís, e, a bordo desta, regressou ao Rio de Janeiro em 1<sup>a</sup> de dezembro de 1825, sob o comando de David Jewett; Cochrane partira para a Inglaterra. No dia seguinte, recebia a promoção a segundo-tenente de Comissão, dia do nascimento do Príncipe D. Pedro que, em pouco tempo, seria o segundo no trono do Brasil. Um mês e 24 dias depois era efetivo neste posto.

Entrementes, ou mais precisamente, desde 19 de abril deste ano de 1825, D. Juan Antonio Lavalleja, com 32 companheiros, desembarcara na Praia da Agraciada desfraldando a bandeira da independência da Província Cisplatina, região conquistada em 1816 pelo Príncipe Regente D. João, aproveitando-se do estado anárquico do Vice-Reinado do Prata. Em pouco tempo, esse punhado de patriotas recebeu adesões, como a do prestigioso Brigadeiro Frutuoso Rivera. Na Vila de Flórida foi organizado um governo provisório e, em 25 de agosto, foi declarada a independência e, neste mesmo dia, aderiu-se à República das Províncias Unidas do Rio da Prata. Reagiu o governo de D. Pedro I designando uma Força Naval (três corvetas, cinco brigues, onze escunas e nove canhoneiras), sob o comando do Chefe-de-Esquadra Rodrigo José Ferreira Lobo, para velejar até o Rio da Prata e bloqueá-lo. A aceitação, por parte das Províncias Unidas, da incorporação da Cisplatina (25 de outubro de 1825), provocou a declaração de guerra, em 10 de dezembro, por representar sua afronta à soberania brasileira. Tiveram início os combates em terra e em águas do Rio da Prata encontrando-se os navios da república comandados pelo irlandês William George Brown.

Joaquim Marques Lisboa embarcara na Fragata *Dona Paula* com destino ao Rio da Prata. Foi, então, designado para a Canhoneira *Leal Paulistana*, armada com seis canhões, comandada pelo Primeiro-Tenente Antonio Carlos Ferreira. Em 8 de fevereiro

de 1826, no Combate de Colares, mar e pólvora misturaram-se, "... a guarnição, como que tomada de fúria incontrolável, em busca do revide pelos irmãos sacrificados, fazia vibrar com precisão suas peças incandescentes ...", escreveu Gustavo Barroso em *Tamandaré, o Nelson brasileiro*.<sup>3</sup>

Com a mudança de comando, o Chefe-de-Divisão Rodrigo Pinto Guedes substituindo Rodrigo Lobo, o Tenente Joaquim foi transferido para a Fragata *Niterói*, sob comando de James Norton. E tão bem se houve o jovem tenente de 18 anos nos combates que se seguiram que, a 31 de julho de 1826, foi nomeado comandante da Escuna *Constança*. Seu primeiro comando! É quase impossível ao historiador de hoje reproduzir o misto de alegria e responsabilidade que se instalou neste adolescente; sem dúvida, um incentivo para melhor servir e cumprir os seus deveres.

Mas a guerra prosseguia ...

Em meados de fevereiro de 1827, o Chefe Rodrigo Pinto Guedes planejou enviar uma expedição à boca do Rio Negro de Patagones, onde se aninhavam corsários inimigos causadores de muitos inconvenientes. A importância desta região crescera em decorrência do bloqueio do estuário platino. A 16 de fevereiro, os navios brasileiros se fizeram de vela partindo de Maldonado: Corveta *Duquesa de Goiás*, capitânia, 20 canhões, comando do Capitão-de-Fragata James Shepherd, Corveta *Itaparica*, Capitão-Tenente William Eyre, Brigue *Escudeiro*, Segundo-Tenente Louis Clément Poutier, e Escuna *Constança*, Segundo-Tenente Joaquim Marques Lisboa. Conduziam 654 homens. Em 25 de fevereiro, atingiram o destino. Dois dias depois, investiram pela barra do Rio Negro. O navio capitânia manobrou mal no momento de entrar no canal, colidiu com um banco de areia e adernou em pouco tempo. O Tenente Joaquim ainda pôde salvar 280 homens em meio a forte temporal: 32 homens afundaram com o navio. Shepherd decidiu atacar, por terra, a Vila de Carmen

<sup>3</sup> BARROSO, Gustavo. *Tamandaré, o Nelson Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933. p. 34.

de Patagones, desmerecendo as ponderações contrárias de seus oficiais. A 6 de março, desembarcaram e marcharam resolutos por chãos desconhecidos deixando alguns poucos guarnecendo os navios. Em 9 de março, atingiram a Vila de Carmen, encontrando uma resistência inesperada do povo e guarnição liderados pelo Coronel Ryman. Homens do mar travestidos de infantes foram envolvidos. Shepherd caiu morto aos primeiros tiros. O Capitão-Tenente Eyre, segundo em comando, ordenou a retirada sem êxito; envolvendo nossos homens com ataque mais cerrado, ateando fogo ao capim, melhores conhecedores do terreno, puderam os argentinos obter a capitulação dos que estavam vivos. E logo foram encarcerados. Os mercenários ingleses se passaram para o inimigo. Os nossos navios tornaram-se presa fácil para os corsários que os abordaram. E mais prisioneiros foram feitos: 93 ao total, entre oficiais e praças. Todos encarcerados na Vila de Xavier. O governo argentino deliberou transferi-los para a barra do Rio Salado. Embarcados no Brigue *Ana*, partiram em 16 de agosto sob escolta das Corvetas *Chacabuco* e *Ituzaingó*. Os oficiais tinham o convés do *Ana* por menagem por estar o brigue-prisão abarrotado. E foi assim que o Tenente Joaquim, de acordo com o seu imediato da *Constança*, igualmente prisioneiro, e também Tenente Joaquim José Ignácio, combinaram apoderar-se do navio. Num golpe de audácia, dominaram, sozinhos, o comandante e a tripulação e soltaram os prisioneiros, que os ajudaram. A escolta não percebeu, pois continuaram a navegar em conserva. Em momento preciso, os dois oficiais orçaram o *Ana*, que navegou para Montevidéu, entrando neste porto a 29 de agosto. Vinte e dois dias durou esta fuga em ziguezague para despistar os seus perseguidores. A amizade entre o Joaquim 1<sup>a</sup> (o futuro Tamandaré) e o Joaquim 2<sup>a</sup> (O futuro Inhaúma) foi selada neste episódio e perdeu enquanto viveram.

O Chefe Pinto Guedes não assumiu a responsabilidade pelo malogro da expedição: repassou-a aos oficiais e acrescentou acu-

sações. A guerra de corso, em consequência, não paralisara. Foram expedidas 136 cartas de marca estimulando a ganância de perto de mil ingleses e alguns franceses e italianos, provocando diversos combates ao longo da costa brasileira, uruguaia e, mesmo, argentina. O Chefe Pinto Guedes concebeu, então, uma segunda expedição à Patagônia, visando a Baía de San Blás, cuja entrada os ingleses chamavam de *Hell's Gate*. E assim partiram os nossos bravos, em 26 de setembro, a bordo da Corveta *Maceió*, capitânia, e Brigues *Caboclo* e *Independência ou Morte*, comandados pelo Capitão-de-Fragata William Eyre, que fez questão do concurso do Tenente Joaquim Marques Lisboa em seu navio. Na madrugada de 21 de outubro, os nossos navios iniciaram a entrada na baía. As dificuldades apresentaram-se enormes somadas ao desconhecimento do local e à quase total embriaguez da marujada. Perdia-se o *Independência*, fustigado pelo mar revolto, e a *Maceió* partiu-se ao meio na noite de 22 de outubro. Morreram 40 homens e 83 foram feitos prisioneiros pelos argentinos. O Tenente Joaquim preferiu enfrentar as águas revoltas da baía atirando-se ao mar, nadou até o Brigue *Caboclo*, que conseguiu escapar com 99 homens do *Independência* e 22 da *Maceió*.

Em 29 de outubro de 1828, o Brigue *Caboclo* chegava a Montevidéu. Joaquim toma conhecimento de que fora promovido a Primeiro-Tenente no dia 12 de outubro. Recebeu ordem de embarcar na Fragata *Príncipe Imperial*, cumprindo-a 19 de novembro. No ano seguinte, em 21 de abril, ganhou o comando da Escuna *Bela Maria*, incluída na Divisão do Comandante João de Oliveira Bottas. Foi este o seu segundo comando. No dia 29 de maio, ocorreu um combate entre esta divisão e o navio argentino *Ocho de Febrero* (ex-*Januária*, apresado aos brasileiros no combate de Juncal) no estuário do Prata. O argentino, apesar de armado com cinco peças por banda, tentou fugir e encalhou nos baixios do Arregui, onde os navios da Divisão de João das Bottas não podiam chegar. Contudo, o Tenente Joaquim não se deteve e foi encalhar a sua escuna

## *Navigator 6* O despertar

perto do argentino. Durante horas duelaram as guarnições até que, esgotada a munição, o *Ocho de Febrero* arriou a sua bandeira e, no dia seguinte, e seu comandante, Capitão Tomáz Domingos Espora, entregou a sua espada ao Tenente Joaquim no convés do navio vencido.

A mediação do governo inglês encaminhou o término da guerra. Enquanto os diplomatas e políticos discutiam cláusulas, o Tenente Joaquim deixava o comando da Escuna *Bela Maria* e recebia o de outra: a *Rio da Prata*. E ainda participou de mais um combate, em 24 de agosto de 1828, contra navios do Almirante Brown, em especial contra o navio *General Dorrego*, ex-*Mandarim*, comandado pelo aventureiro francês Soulin, que foi obrigado a arriar a bandeira.

No dia 27 de agosto era assinada, no Rio de Janeiro, a Convenção Preliminar de Paz entre o Império do Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata. O Tenente Joaquim Marques Lisboa ainda permaneceu dois anos nas águas do Rio da Prata, no comando da Escuna *Rio da Prata*. No começo de maio de 1831 chegou ao Rio de Janeiro.

Contava 23 anos e já uma notável folha de serviço. Como assinalou o Almirante Prado Maia, em seu livro *Através da história naval brasileira* mostrava-se bravo e ativo, justo e magnânimo como um cavaleiro medieval<sup>4</sup>.

Estava pronto para o grande destino que a História lhe reservava.

---

<sup>4</sup> MAIA, João do Prado. *Através da história naval brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Série Brasileira, vol. 69) p. 98.

